



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA N.º 361_A/GA/GAI

Faculdade de Direito
Ano letivo 2017/2018
Curso de 2º Ciclo

2º Ciclo
Mestrado em Direito

1. Numerus clausus:

1ª Fase: 0 vagas

2ª Fase: 130* vagas

3ª Fase: 130* vagas + vagas sobrantes

Fase Extraordinária: 65**+ vagas + vagas sobrantes

NOTA:

* 10 vagas, por cada área de especialização ou em cada uma das suas menções

**5 vagas, por cada área de especialização ou em cada uma das suas menções

(a inscrição nas unidades curriculares optativas fica sujeita à existência de vagas)

Ciências Jurídico-Civilísticas – Menção em Direito Civil;

Ciências Jurídico-Civilísticas – Menção em Direito Processual Civil;

Ciências Jurídico-Criminais;

Ciências Jurídico-Económicas;

Ciências Jurídico-Empresariais – Menção em Direito Empresarial;

Ciências Jurídico-Empresariais – Menção em Direito Laboral;

Ciências Jurídico-Filosóficas;

Ciências Jurídico-Históricas;

Ciências Jurídico-Políticas – Menção em Direito Administrativo;

Ciências Jurídico-Políticas – Menção em Direito Constitucional;

Ciências Jurídico-Políticas – Menção em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente;

Ciências Jurídico-Políticas – Menção em Direito Internacional Público e Europeu;

Im0332_09



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ADMINISTRAÇÃO

Ciências Jurídico-Políticas – Menção em Direito Fiscal.

2. Número mínimo de estudantes para funcionamento do curso: 10

3. Prazos de candidatura:

2ª Fase: 1 de abril a 15 de julho de 2017

3ª Fase: 24 de agosto a 5 de setembro de 2017

Fase Extraordinária: 15 a 31 de outubro de 2017

4. Condições de admissão dos candidatos:

1. Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

- a) Titulares do grau de licenciado em Direito ou equivalente legal;
- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos em Direito, organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, em Direito, que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Científico da Faculdade de Direito;
- d) Em casos devidamente justificados, podem aceder aos ciclos de estudos de mestrado os candidatos que apresentem um currículo escolar, científico e/ou profissional relevante para a frequência deste ciclo de estudos e que, como tal, seja reconhecido pelo Conselho Científico da Faculdade de Direito;
- e) Os titulares do grau de Licenciado em Direito deverão ter nota mínima final de licenciatura igual a 13 valores na escala de 0-20;
- f) Os titulares de um grau académico superior em Direito obtido no Brasil deverão possuir nota mínima final de licenciatura igual ou superior a 8 valores, na escala brasileira de 0 a 10 valores (nota certificada em documento oficial emitido pela Instituição que confere o grau (Coeficiente de rendimento geral; média ponderada), entregue em ato de candidatura).

2 - O reconhecimento a que se referem as alíneas b) e f) do n.º 1 tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o seu reconhecimento.

NOTA: Nota mínima de acesso à Dissertação: 14 valores;

5. Critérios de seriação dos candidatos:

- Classificação da licenciatura ou de outros graus obtidos., (Ponderação 10/10).

NOTAS:

Im0332_09



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ADMINISTRAÇÃO

- O acesso ao abrigo da alínea d) do ponto 1 das condições de admissão, se o Conselho Científico reconhecer que o curriculum atesta a capacidade para a realização do ciclo de estudos, deve atribuir-lhe uma classificação, nos seguintes termos: curriculum académico, considerando a classificação final do(s) grau(s) académico(s) com que se candidata (50%); curriculum científico, ponderando a participação dos candidatos em congressos, seminários, projetos de investigação, número de artigos publicados, prémios e elementos análogos, desde que se trate de atividades na área científica do ciclo de estudos em apreço (30%); e curriculum profissional, ponderando a duração e natureza das funções profissionais exercidas na área científica do ciclo de estudos em apreço (20%).
- Os titulares do grau de Licenciado em Direito deverão ter nota mínima final de licenciatura igual a 13 valores na escala de 0-20;
- Os titulares de um grau académico superior em Direito obtido no Brasil deverão possuir nota mínima final de licenciatura igual ou superior a 8 valores, na escala brasileira de 0 a 10 valores (nota certificada em documento oficial emitido pela Instituição que confere o grau (Coeficiente de rendimento geral; média ponderada), entregue em ato de candidatura).

6. Documentação necessária:

- Carta de motivação, explicando as razões que levam o candidato a concorrer, caso seja relevante de acordo com os critérios estabelecidos pela unidade orgânica a que se candidata; (OBRIGATÓRIO);
- Carga horária e programas das unidades curriculares já efetuadas no curso de origem, caso pretenda creditação ou quando necessário para aplicação dos critérios de seriação; (OBRIGATÓRIO, exceto se se tratar de um curso lecionado na Universidade de Coimbra);
- Certidão das unidades curriculares discriminadas e indicação das classificações obtidas em cada uma (OBRIGATÓRIO se pretender pedir creditações/equivalências, à exceção de alunos e ex-alunos da UC);
- Certidão do curso superior de que é detentor com média final de conclusão; (OBRIGATÓRIO à exceção de estudantes e ex-estudantes da UC);
- Curriculum vitae, no formato EuroPass (<http://europass.cedefop.europa.eu/>); (OBRIGATÓRIO);
- Documento oficial, emitido pela Instituição que confere o grau, com a nota certificada (Coeficiente de rendimento geral; média ponderada), (OBRIGATÓRIO apenas para candidatos internacionais);
- Fotocópia simples do documento de identificação (OBRIGATÓRIO apenas para candidatos internacionais).

NOTA: A entrega dos documentos originais autenticados é exigida aos estudantes colocados que efetuam a matrícula e inscrição e deve ser efetuada até ao dia 31 de dezembro para completar o processo individual do estudante.

Os documentos referidos anteriormente devem ser reconhecidos pelo agente consular português

Im0332_09



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ADMINISTRAÇÃO

local e/ou legalizados pelo sistema de Apostila nos termos da Convenção relativa à Supressão da Exigência da Legalização de Atos Públicos Estrangeiros (mais conhecida por Convenção de Haia), assinada em Haia, em de 5 de outubro de 1961, à exceção de documentos emitidos por Instituições de Ensino Superior de países da União Europeia. Contudo, em caso de dúvida sobre a documentação apresentada, pode ser solicitado o reconhecimento acima referido ou entrega de documentação complementar a qualquer requerente.

Sempre que os documentos acima mencionados se encontrem numa língua estrangeira que não o espanhol, francês, inglês ou italiano, deve entregar a tradução dos mesmos. As traduções devem ser devidamente certificadas pelas autoridades competentes para o efeito.

7. Montante de propina / Preço:

- Estudante Nacional ou equiparado: 1200€ (valor anual);
- Estudante Internacional: 7000€ valor anual/edição 2017/2018.

8. Inscrição a tempo parcial: Admite.

9. Avaliador(es):

- Ana Margarida Simões Gaudêncio.

10. Outras informações:

- A matrícula e inscrição do Estudante Internacional, só é confirmada após pagamento único correspondente a 30% da totalidade da propina base (3 mensalidades), acrescida da taxa de inscrição.
- A candidatura está sujeita ao pagamento do emolumento no valor de 50€, não havendo lugar a reembolso, incluindo nas situações de invalidação de candidatura, de não colocação ou quando o ciclo de estudo não venha a abrir por falta do número mínimo de inscritos.
- Apresentação das candidaturas: Online no site:
<https://inforestudante.uc.pt/nonio/security/candidaturas.do>;
- Mais informações através do site www.uc.pt/candidatos, e-mail: candidaturas@uc.pt ou pelo telefone 239247195, diariamente das 16h às 17.30h.

Universidade de Coimbra, em 2 de março de 2017.

A Vice-Reitora,

Im0332_09



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ADMINISTRAÇÃO

Madalena Alarcão

Im0332_09